



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 05/2022

Data da Sessão Ordinária

16 de dezembro de 2022

Início

20:30 horas

Termo

00:40 horas

(do dia 17 de dezembro de 2023)



Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo, cento e setenta e um, de sete de dezembro de dois mil e vinte e dois. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com a apresentação dos respetivos cumprimentos a todos os presentes, referindo que as Senhoras Primeira e Segunda Secretárias estavam ausentes com falta justificada, solicitando à Líder da Bancada do Partido Socialista que indicasse dois Deputados Municipais para ocuparem os dois lugares na Mesa. -----

A Líder da Bancada do Partido Socialista indicou as Senhoras Deputadas Municipais; Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira e Vanessa Isabel Nascimento Almeida, respetivamente primeira e segunda secretárias. -----

Com a Mesa da Assembleia completa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Segunda Secretária que procedesse à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Carmen Dolores Gomes da Silva, Carlos José Pancadares Sousa Lopes, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Luís Manuel Marques Rodrigues, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia; José Manuel Ricardo, Ana Luísa Cartaxo Manique e Paulo Gameiro Sena Freitas. -----

Faltaram a esta sessão os Senhores Deputados Municipais; Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Carla Alexandra Pereira Silvério e Natércio Francisco Canelhas Candeias, tendo os mesmos apresentado justificação. -----

O Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeia, solicitou a sua substituição, assumindo o seu lugar na Bancada do Partido Socialista, a Senhora Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, pela Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio, Pelo Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira e pelo Senhor Vereador Alexandre Emanuel Ramos Marques. - Também estiveram presentes para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços



Técnicos, o Senhor Mikael Dias, Técnico Superior e o Senhor Daniel Oliveira, Técnico de Informática, funcionários da Autarquia, no apoio logístico à Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária - Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Segunda Secretária - Vanessa Isabel Nascimento Almeida. -----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido entre o dia trinta de setembro dois mil e vinte e dois e dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou duas Atas para análise e votação; Ata número três, de vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois e Ata número quatro, de trinta de setembro de dois mil e vinte e dois. Colocadas a votação, ambas foram aprovadas por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam efetuar alguma intervenção neste período antes da ordem do dia. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, para apresentar uma Recomendação sobre a situação da Fábrica Tupperware. Lida a Recomendação, foi posta a votação a sua aceitação para discussão, sendo aprovada por unanimidade. Colocada a discussão; solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que a sua Bancada apoiava a Recomendação apresentada, manifestando-se solidários com todos os trabalhadores, questionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal qual o ponto de situação de momento. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que vinha acompanhando semanalmente a situação, mantendo-se esta sem alterações. A Tupperware tinha dispensado os trabalhadores temporários no mês de setembro último, assim como, nove trabalhadores do quadro da empresa. Desconhecia mais despedimentos até ao momento, não estando previsto o encerramento da fábrica em Montalvo. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Recomendação a votação, sendo esta aprovado por unanimidade, constituindo-se como (ANEXO I) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, Senhor José Manuel Ricardo, para fazer uma referência elogiosa à forma como tinha decorrido a sétima edição da corrida de S. Silvestre solidária, realizada no Campo Militar de Santa Margarida, no passado dia oito de dezembro, com a presença de oitocentos e noventa e um participantes. Felicitou a Câmara Municipal e a Brigada Mecanizada pelo êxito alcançado. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, qual a situação da Caixa Multibanco que se encontrava no Campo Militar de Santa Margarida, tendo conhecimento que tinha encerrado? Presentemente, só existia uma Caixa Multibanco na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, localizada na Aldeia de Santa Margarida, junto ao edifício da Junta de Freguesia. No caso de ficar indisponível, os habitantes de Santa Margarida da Coutada teriam de percorrer vários quilómetros para obterem aqueles serviços, só disponíveis, na Freguesia de Tramagal, a cerca de seis quilómetros ou, na Freguesia de Constância, a cerca de oito. A CDU-Coligação Democrática Unitária, solicitava ao executivo que, junto das agências bancárias, questionasse da possibilidade de voltar a abrir uma Caixa Multibanco no Campo Militar ou noutra lugar da Freguesia. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada pretendia apresentar uma Recomendação, intitulada *"Investimento Camarário amigo da instalação de Empresas"*. Lida a Recomendação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a mesma a votação para aceitação e discussão. Aprovada por unanimidade para este fim. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão relativa à Recomendação. -----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder primeiro à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, informando que o Executivo Municipal já tinha desencadeado contatos com uma instituição bancária, tendo em vista a instalação de mais uma Caixa Multibanco na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, na parte civil, aguardando uma resposta. Reconhecia o incómodo, mas não dependia da vontade do Município, mas sim, das instituições bancárias. -----

Relativamente à Recomendação apresentada pela Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, pretendia fazer alguns apontamentos sobre o assunto; A perda de população não era apenas e só, um problema do Concelho de Constância. Muitos outros Concelhos, principalmente no interior do País, apresentavam o mesmo problema, mais



acentuado até que em Constância. Não era um problema de agora, nem dos últimos quatro ou cinco anos da governação Socialista. O problema da desertificação do interior só seria resolvido, com programas/medidas de âmbito Nacional, nomeadamente, no apoio efetivo à natalidade, que fosse para além dos apoios já assumidos pelo atual governo sobre as Creches. No respeitante à habitação, lembrou que tinha sido a atual maioria camarária a reduzir para preços simbólicos, lotes de terreno para construção de habitação permanente na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, assim como, implementado um tarifário de água, saneamento e resíduos, para famílias numerosas. Relativamente à oferta de habitação no Concelho, nunca a mesma tinha sido tanta, dando para o efeito alguns exemplos. Referiu a boa cobertura atual de rede móvel e de fibra no Concelho, já disponível na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, sendo o Concelho de Constância dos primeiros a ter uma cobertura total por fibra ótica. Reconhecia que não estava tudo feito, mas, nos últimos cinco anos, já muito tinha avançado no sentido de incentivar à fixação de pessoas e empresas no Concelho. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que a Recomendação apresentada estava assente em factos. O Concelho não deveria estar condenado à perda de população, só porque as famílias e os jovens não tendo empregos no Concelho ou na região, terem que sair da zona ou até do País. Por essa razão, deveriam existir políticas a nível Nacional, promotoras da fixação e captação de pessoas para o interior do País. Relativamente ao referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal como medidas no sentido de atrair população e empresas, se o tinha feito, era porque tinha competência para tal. O Concelho só se desenvolveria se tivesse gente, boas escolas e infraestruturas promotoras de fixação de pessoas e de empresas, não sendo o alcatrão menosprezado. Deu como exemplo a ponte sobre o Rio Tejo, que nas atuais condições, funcionava como desmobilizadora para a fixação de pessoas na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, e dela pouco ou nada se falava. Também viam com agrado, a oferta de lotes para construção, no entanto, os preços dos mesmos no setor privado, não estavam ao alcance de muitas famílias. Relativamente ao parque habitacional Municipal, não tinha evoluído nada, tendo inclusive o último concurso promovido pelo Município para atribuição de habitações camarárias, sido um concurso de renda livre. Disse desconhecer no momento, qual a situação do parque habitacional do Concelho, a tipologia das famílias que nele viviam e os valores das rendas, até porque, existiam duas situações; as pessoas extremamente carenciadas que tinham que ter rendas sociais, e as habitações a custos controlados. Em sua opinião, era necessário apostar mais num parque habitacional para famílias. -----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio, referindo que a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, se queixava algumas vezes com a falta de tempo para intervenções da sua Bancada, no entanto, esta sua intervenção à semelhança de tantas outras, referia assuntos considerados desviantes ao assunto em análise na Recomendação. -----

A Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, prosseguiu com a sua intervenção, referindo que relativamente às empresas, o caminho era o mesmo! Fazer uma Zona Industrial e vender quatro lotes à mesma empresa e ao mesmo tempo, sem que esta tivesse desenvolvido quase nada, não era boa política para a captação de empresas. Até o Campo Militar de Santa Margarida estava a ficar deserto. Os eleitos locais tinham a obrigação de serem interlocutores junto dos órgãos de decisão defendendo os interesses das suas populações. Voltou a pedir a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para clarificar algumas questões; quanto à questão dos loteamentos de iniciativa privada, recordou que alguns tinham sido vendidos a preços bastante baixos, como eram os casos dos Lotes na Quinta de Santa Bárbara em Constância e do Casal da Igreja, na Freguesia de Santa Margarida da Coutada. -----

Relativamente às questões da habitação social, no Orçamento explicaria porque razão não teriam início no próximo ano. -----

Quanto à questão do Campo Militar e à falta de efetivos; considerava pouco sério dizerem que a situação a que o Campo Militar de Santa Margarida tinha chegado em número de efetivos, era culpa da Câmara Municipal. Não aceitava tal insinuação reveladora de falta de seriedade de quem estava na política. Quem exercia ou tinha exercido cargos políticos autárquicos ou outros, deveria saber que a instituição militar se regia por uma estrutura e formas de funcionamento próprias, não tendo o Presidente da Câmara qualquer intervenção nos mesmos. -----

Não havendo mais intervenções sobre a Recomendação apresentada pela Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Recomendação a votação, sendo esta aprovada por unanimidade para ação. Esta Recomendação fica a constituir **(ANEXO II)** desta Ata e dela fará parte integrante. ---

Continuando no Período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar mais algumas questões? ---

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que a sua intervenção se destinava a uma declaração verbal com o seguinte teor, que se transcreve: *“Neste momento, sou eleita na Assembleia Municipal e, enquanto eleita nesta Assembleia Municipal, tendo em*

Handwritten signature and initials in blue ink.

conta as competências que a mesma tem, entre outras a fiscalização, não me sinto bem comigo própria se não transmitir aqui, que me sinto profundamente desconfortável, para não aplicar outro termo. No caso das coisas não se alterarem, poderei vir a tomar outras atitudes. Vou dar dois exemplos: - Não posso aceitar que, no que diz respeito aos pagamentos à empresa que limpa, ou que tem a obrigação de limpar, a parte urbana da Vila, que tem tudo muito bem espelhado no Caderno de Encargos, sejam feitos pagamentos sem existirem os respetivos relatórios, previstos serem feitos, para ver se está tudo a ser cumprido de acordo com o contratualizado. O Senhor Presidente vê, está conforme, pague-se e paga. Se calhar bem! Não digo mais sobre isto. O outro assunto, tem a ver com uma questão que não posso aceitar; uma empresa a quem é adjudicado trabalho, obras, use e gaste a nossa água, água da Câmara. Irem buscar água à cave e às bocas de incêndio e que, inclusivamente, gastem a nossa eletricidade, proveniente dos edifícios públicos. Ou isto tem uma explicação aceitável ou, sendo dois exemplos/factos, por qualquer razão podem levar a que a câmara um dia possa aparecer nas notícias pelas piores razões e, estando na Assembleia Municipal, termino como comecei. Sendo um órgão fiscalizador, não me sinto confortável com algumas situações". -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, tratando-se de considerações, não compreendia o referido desconforto. Tinha a ideia que a empresa de limpeza urbana apresentava os relatórios. Quanto à questão da utilização de água e eletricidade públicas, solicitava autorização para passar a palavra ao Senhor Engenheiro Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, para responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária. -----

No uso da palavra, o Senhor Engenheiro Jorge Heitor começou por referir que, o que a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária tinha dito sobre a utilização de água pública nas obras que decorriam na Avenida das Forças Armadas, era verdade, tratando-se de uma situação pontual entre os meses de julho e agosto. A pedido do Município, a empresa tinha utilizado um ponto de água que existia junto ao edifício das finanças, com a periodicidade de mais ou menos uma vez por semana, com o objetivo de regar o piso, evitando o levantamento do pó de pedra da calçada, com a passagem de viaturas. Tinha sido o Município a solicitar aquele serviço, como tal, não verificava nesta ação nenhuma ilicitude. -----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária referindo que, se a utilização de água da rede tinha sido autorizada pela Câmara Municipal, ainda ficava mais preocupada. Gastarem água pública tratada naqueles serviços, quando tinham água do rio, tal como

Handwritten signature and name:
Alicia

faziam para a rega das plantas, era muito grave. O Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Engenheiro Heitor, não tinham que acompanhar tudo de perto, nem tinham que ter conhecimento de tudo, mas, há cerca de dois anos que a Câmara Municipal tinha uma vaga para preencher de um Fiscal no Mapa de Pessoal e, não sabia onde é que ele andava. Da situação da limpeza ou da falta dela, disse não falar de cor, tinha pedido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para lhe enviar as faturas, relatórios e demais documentos relativos à empresa da limpeza urbana. Nos documentos que lhe tinham enviado, não constavam relatórios e a sua intervenção apenas pretendia chamar à atenção. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, solicitando informação de qual a instituição bancária contactada para a instalação do Multibanco na Freguesia de Santa Margarida? -----

Em resposta a esta última questão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse ter sido a Caixa de Crédito Agrícola da Chamusca. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para se referir a uma entrevista dada ao jornal "O Mirante" por um militante do Partido Comunista Português, sobre a relação do definhamento da Freguesia de Santa Margarida da Coutada com a falta de valências no Campo Militar de Santa Margarida. O entrevistado nunca tinha referido o nome do Senhor Presidente da Câmara Municipal como culpado da situação, mas sim, o País. Em relação à referência ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, era apenas ao facto de não reivindicar a revitalização daquele equipamento que continuava a apodrecer. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal mencionou que na resposta dada pelo entrevistado, estava implícito que o Presidente da Câmara Municipal nada fazia para inverter o que se passava no Campo Militar de Santa Margarida, como se fosse um assunto ao seu alcance. -----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, lembrando que há cerca de seis meses, a Bancada do Partido Socialista tinha apresentado uma Moção sobre segurança na Vila, onde sugeria que o executivo deveria interpelar o Comandante do Posto da GNR sobre o assunto. A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária tinha intervindo, mencionando que não se poderia dar ordens à GNR, e agora, queria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal desse ordens, ao Ministério da Defesa e aos militares. -----

Não havendo mais assuntos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por terminado este período Antes da Ordem do Dia, dando a palavra à Senhora Primeira Secretária da Mesa para fazer a leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a



respetiva Ordem de Trabalhos. -----

Lida a convocatória e a respetiva Ordem de Trabalhos, e antes da sua aprovação, solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a redação dos Pontos seis, sete e onze da Ordem de Trabalhos, não estavam condizentes com os documentos suporte para análise, solicitando a sua clarificação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Chefe da Divisão Municipal Administrativa e financeira, Dra. Marisa Figueiredo, um esclarecimento sobre o assunto. -----

No uso da Palavra, a Senhora Dra. Marisa Figueiredo sugeriu que fosse feita e aceite uma nova redação aos três Pontos mencionados. -----

Com, uma nova redação nos três Pontos, condizente com os assuntos em análise, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Edital e a respetiva Ordem de trabalhos a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Período reservado à intervenção do Público; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta dos documentos previsionais para o período de 2023 a 2027 - Para deliberação; -----
3. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de mapa de pessoal para o ano de 2023 - Para deliberação; -----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de contrato-programa a celebrar com a Associação Centro de Ciência Viva de Constância para o ano de 2023 - Para deliberação; -----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de contrato-programa a celebrar com a Associação Casa-Memória de Camões para o ano de 2023 - Para deliberação; -----
6. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de autorização de compromissos plurianuais relativos ao “Contrato Interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transportes de passageiros do Médio Tejo” - Para deliberação; -----
7. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de autorização prévia e de compromissos plurianuais relativos à empreitada de “Requalificação do espaço público envolvente à antiga escola primária de Constância – Fase 1 e 2” - Para deliberação; -----
8. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de autorização modificativa (2ª alteração) aos documentos previsionais de 2023 a 2026 - Para deliberação; -----
9. Análise, discussão e eventual aprovação de “Concretização da transferência de competências do Município para os Órgãos das Freguesias” - Para deliberação; -----
10. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de nomeação de Auditor externo



Fernando
Valente

do Município de Constância - Para deliberação; -----

11. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de autorização prévia e de compromissos plurianuais para abertura do procedimento de contratação para o fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal (BTN) iluminação pública (IP) - Para deliberação; -----

12. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

13. Outros assuntos de interesse. -----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Pediram a palavra os seguintes cidadãos: -----

Senhor Luís Gonçalves, de Constância, cujo assunto dizia respeito à Sustentabilidade e Segurança; - Senhor Álvaro Alves, de Montalvo, cujo assunto dizia respeito a esgotos e desporto no Concelho de Constância. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Luís Gonçalves, começando este por referir que, a sua intervenção, não tinha qualquer caráter técnico ou rigor científico, eram apenas perceções e sugestões. Sobre a sustentabilidade na versão de ambiente e turismo; verificava que nos últimos dois ou três anos, a capacidade de alojamento turístico no centro histórico da Vila tinha aumentado em sessenta e uma camas, com a previsão de poder aumentar muito rapidamente em mais uma dezena. Referiu que o potencial turístico já era muito superior ao número de residentes no Centro Histórico da Vila, com o conseqüente aumento da produção de resíduos sólidos. Quem se preocupasse com o ambiente, era compreensível que colocasse em questão a capacidade de resposta dos serviços. Quando a afluência turística aumentava, era necessária uma maior assiduidade na recolha dos resíduos, o que não acontecia. Este era um problema que seria urgente resolver pelo impacto negativo que provocava no turismo. Também a limpeza das ruas, denotava algum descuido, minimizado pelas últimas chuvas. Constância precisava de turistas conscientes, que se integrassem na comunidade, mas para isso, a Vila também tinha que ser inspiradora para que esse fim fosse atingido. Como sugestões, referiu que a Comunidade Intermunicipal deveria colocar ao serviço das autarquias uma Academia de ética e cidadania para um melhor turismo, em que os titulares de estabelecimentos e subsectores da hotelaria, restauração e cafetaria, tivessem a oportunidade de melhor compreender o fenómeno turístico e a sua sustentabilidade, através da saúde ambiental, da ética dos valores culturais e da economia local. Estas ações devidamente certificadas, deveriam ser condição sine qua non para a renovação ou contratualização de concessões de estabelecimentos públicos ou privados. Na dimensão económica; a Comunidade Europeia, para dois mil e vinte e três, tinha emanado uma diretiva para a colocação de

Handwritten signature and name:
Felix
Alves

painéis fotovoltaicos nos novos prédios ou, prédios objeto de remodelações, por forma a torna-los cada vez mais independentes da questão energética. Esta solução deveria ser igualmente aplicada no Concelho, em edifícios já existentes, que reunissem as condições técnicas para o efeito. Como continuava a existir muita falta de informação sobre este assunto, sugeria que esta deveria ser promovida através de seminários ou outros métodos de informação e sensibilização adequadas. Questionou se a Câmara Municipal tinha em mente discutir para aquele efeito com a DGPC (Direção Geral do Património Cultural), as condicionantes no Centro histórico para aquele efeito? A terceira dimensão que pretendia mencionar, era a Social; a conjuntura internacional tinha influenciado uma imprevista e incontrolada subida dos preços dos bens de primeira necessidade, necessários à sobrevivência das pessoas. O ano que se aproximava indicava que um elevado número de empresas e famílias não conseguissem suportar os sucessivos e descontrolados aumentos. A questão que pretendia colocar era a seguinte: - Estava o executivo a pensar implementar alguma medida para apoio às famílias ao nível psicológico ou económico, nomeadamente através de refeições a preços de custo, através de uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social)? Sobre a segurança; lembrou da necessidade de dotar as acessibilidades de melhores condições para pessoas portadoras de deficiências, não só motoras como auditivas, visuais ou outras. Também verificava que a iluminação pública em algumas zonas era insuficiente, dando para o efeito alguns exemplos. Por último, referiu-se à perigosidade da circulação no caminho do tejo, com ameaças de derrocadas de barreiras, e ameaças de abatimento do piso em alguns locais, sugerindo uma urgente verificação a bem da segurança e da confiança para todos. -----
De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Álvaro Alves, para apresentar as suas questões. -----

No uso da palavra, o Senhor Álvaro Alves começou por referir que pretendia questionar sobre duas situações: a primeira, relacionada com os esgotos na Aldeia da Pereira, questionando para quando a sua ligação? A segunda, relativa ao encerramento do ringue desportivo junto ao Posto Médico de Montalvo e sobre a previsão de abertura dos novos balneários do Campo de Futebol de Montalvo. O ringue desportivo tinha sido encerrado ainda antes da abertura do Posto Médico, impedindo as crianças de o utilizarem, levando-as à prática desportiva na via pública com toda a perigosidade que tal atitude acarretava. Em alternativa, as crianças deslocavam-se para o ringue desportivo da Casa do Povo de Montalvo, que em troca daqueles serviços, recebia uns balneários inacabados desde maio do corrente ano, com um investimento de cerca de cem mil euros, inoperativos por falta de infraestruturas, da responsabilidade da Câmara Municipal. Questionado o executivo da Junta de Freguesia de Montalvo, a resposta era sempre a mesma. Não sabiam, era um



Luís Gonçalves

assunto da Câmara Municipal! -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões/considerações apresentadas pelo Senhor Luís Gonçalves, uma pessoa sempre muito atenta ao que se passava na Vila. Relativamente aos resíduos sólidos urbanos, reconhecia que, principalmente nos meses de verão, tinha existido alguma falta de capacidade de resposta, originada pelo elevado número de pessoas que pernoitavam na Vila, assim como, pela grande afluência à Praia fluvial. Era um pormenor a ter em linha de conta para o próximo ano. Relativamente à questão dos painéis fotovoltaicos e ares condicionados no centro histórico, o Plano de Pormenor já tinha alguns anos e estava na altura de, junto da DGPC (Direção Geral do Património Cultural) tentarem promover algumas alterações ou reconfigurar o atual Plano de Pormenor, adaptando-o às exigências atuais muito diferentes de há trinta anos. Quanto ao apoio às famílias, era um assunto que estava sempre em cima da mesa, podendo se necessário reativar o apoio instituído na altura do COVID19. Outros tipos de apoio; o Município tinha um conjunto de instrumentos no âmbito da Ação Social, direcionados para o apoio às famílias com maiores dificuldades, nomeadamente, ao nível de alimentação, roupas, medicamentos e outras necessidades. Quanto ao caminho do Tejo entre Constância e Montalvo, reconhecia a premência de uma intervenção, no entanto, aguardavam pelo surgimento de alguns apoios ao nível da Comunidade Europeia, para apresentarem uma candidatura. -----

Relativamente aos assuntos apresentados pelo Senhor Álvaro Alves, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão da falta de esgotos no lugar da Pereira, referindo que tinham que esperar por um próximo Quadro Comunitário de Apoio que contemplasse uma solução para aquela necessidade. Sobre as duas questões sobre o desporto no Concelho, particularmente na Freguesia de Montalvo, referiu o seguinte: - O polidesportivo (ringue desportivo) tinha sido requalificado aquando das obras para a Extensão de Saúde de Montalvo, faltando colocar apenas as redes. Ainda não tinha sido aberto por uma única razão; a areia destinada a várias obras na Freguesia, anteriormente depositada junto ao cemitério, desaparecia frequentemente. Para salvaguardar aquela situação, o executivo da Junta de Freguesia tinha encontrado como solução, a transferência para o ringue desportivo, por ser um espaço vedado. Por essa razão, o polidesportivo estava encerrado há algum tempo, aguardando que o executivo da Junta de Freguesia encontrasse uma outra solução. Era um assunto que estava na ordem do dia para ser resolvido em conjunto Câmara/Junta.-----



Relativamente aos balneários do Campo de Futebol Municipal, pretendia dar algumas notas sobre o assunto, mesmo tornando-se repetitivo; tinha sido colocado um relvado sintético sem que antes tivessem sido colocadas as infraestruturas básicas necessárias, nomeadamente, uma nova conduta de água e tratamento de esgotos. O que tinham que fazer, para além da candidatura apresentada pela Casa do Povo de Montalvo para os balneários, era a estação elevatória para receber os esgotos dos mesmos. Era isto que faltava concluir, uma vez que a conduta da água já estava concluída há alguns meses. Todas as questões relacionadas com os balneários do Campo de futebol tinham sido devidamente explicadas e eram do conhecimento dos Presidentes das Direções, tanto da Casa do Povo de Montalvo, como do Aldeense. A razão pela qual o executivo não tinha executado a obra da estação elevatória no presente ano, prendia-se com o facto da brutal escalada dos preços ao nível da energia, que tinham obrigado o executivo a ter que tomar opções. Ou mantinham os equipamentos municipais em funcionamento, ou faziam outras coisas. Não tinha sido só a questão dos balneários que tinham ficado para trás. A requalificação do Parque Infantil da Portela de Santa Margarida, assim como, outras obras, tinham sido adiadas e canalizadas as verbas que lhes estavam destinadas para reforçar outras rúbricas, necessárias para o bom funcionamento da Câmara Municipal e dos seus edifícios. Os balneários do Campo de Futebol Municipal continuavam a ser uma grande prioridade para conclusão no próximo ano. -----

Não havendo mais intervenções do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato para o ponto número dois da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO DE 2023 A 2027 – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à apresentação do assunto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o orçamento para dois mil e vinte e três, era um orçamento que rondava os nove milhões de euros e tinha como objetivos principais os seguintes investimentos e projetos: - Concretização da Loja do Cidadão, com um custo de cerca de um milhão e duzentos mil euros, financiado pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) em cerca de novecentos mil euros. Requalificação do Parque Infantil da Portela. Ampliação do Cemitério de Constância. Duas candidaturas submetidas no âmbito do PRR, para a requalificação da Rua Principal, Rua das Hortas, Rua da Fonte e Rua dos Fundadores da Sociedade Recreativa Portelense, em Santa Margarida da Coutada. Conclusão das obras dos balneários do Campo de Futebol Municipal. Projeto de ampliação da Zona Industrial de

*Fernando
Valente*

Montalvo, assim como, um conjunto de projetos tendo em vista novas candidaturas ao PRR, ou outros mecanismos de apoio, onde se incluía a transformação da antiga Escola Primária de Constância num ninho de empresas. Tinham indicação que estaria para breve a abertura de um aviso no âmbito do PRR, para o apetrechamento do Cine Teatro. Ao nível do desporto, cultura e educação, continuariam a dar corpo às festas do concelho, das Pomonas Camonianas, continuidade da Praça Convida, apoio ao ensino articulado da música e da dança, sessões regulares no Cine Teatro e apoio às Associações e Coletividades do Concelho. Na área da Proteção Civil, continuariam a apoiar os Bombeiros com as três equipas de intervenção permanente no Concelho, a par dos apoios aos bombeiros nos pagamentos da água, luz e seguros, em cerca de dez mil euros mensais. No âmbito da defesa da floresta, dar continuidade à requalificação dos estradões florestais. O município tinha apresentado uma candidatura no âmbito das alterações climáticas com vista à substituição de algum mobiliário urbano por soluções mais ecológicas. Também o autocarro municipal iria perder em fevereiro de dois mil e vinte e quatro, a licença para transporte de crianças até aos dezasseis anos, sendo mais um problema para resolver. Em resumo, tinham um aumento do orçamento geral do estado em cerca de duzentos e oitenta mil euros, um valor inferior ao recebido em dois mil e vinte e um. Disse pretender destacar dois aspetos; o primeiro, referir que o município teria um acréscimo ao nível da energia em cerca de trezentos e trinta mil euros em relação a dois mil e vinte e um. Para além disso, o aumento salarial teria um impacto em cerca de cento e noventa e seis mil euros. No âmbito da despesa corrente com salários e energia, teriam um acréscimo de cerca de meio milhão de euros. Eram estas as linhas gerais, num orçamento muito difícil de elaborar devido à incerteza que se vivia com os brutais aumentos dos preços. ----- Deixou um agradecimento à Divisão Municipal Administrativa e Financeira, pelas horas, dias e noites de muito trabalho para que os documentos estivessem prontos a tempo e horas. -----

Terminada a apresentação dos documentos previsionais para o período de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e sete, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra às Bancadas para apresentarem as questões que entendessem por pertinentes. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, mencionando que nos documentos eram referidas duas candidaturas no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), com referência às Rua dos Combatentes, Rua das Hortas e Rua da Fonte. Pretendia saber se existia algum projeto. Se sim, para quando o início das obras? -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que no eixo para melhorar a qualidade de vida,

Handwritten signature and name:
Fauk
Almeida

era referido; melhorar os cuidados de saúde, promoção da saúde pública, etc. com uma verba de dois mil euros. Pretendia saber o que é que estava planeado para aquela área com aquela verba. Também estava referida no documento, uma verba residual para a violência doméstica e igualdade de género, pretendia saber se existia alguma atividade planeada, uma vez que para o ano de dois mil e vinte e três, constava apenas um euro, e para dois mil e vinte e quatro, uma verba superior, mas mesmo assim residual. Quando era referida a rearborização e criação de espaços verdes com a criação da ilha sombra, tinha ficado com a ideia que era apenas na zona da Vila. Pretendia saber do que é que se tratava. Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que gostava de ver clarificado o seguinte: tendo em conta as transferências de competências verificadas, qual o impacto dessas mesmas transferências na despesa e na receita? Quanto à transferência de competências em matéria de educação, qual o impacto na área do pessoal e, se o pessoal transferido, tinha no âmbito dos encargos para a Câmara Municipal relacionados com a ADSE (Instituto de Proteção e Assistência na Doença aos Trabalhadores em Funções Públicas), estatutos iguais aos restantes trabalhadores da autarquia? Também pretendia saber qual o valor previsto para obras de conservação na Escola sede em Constância? Relativamente aos aumentos previsto na eletricidade em cerca de dez por cento, se nessa percentagem já estava incluída a fatura da eletricidade das escolas e, se o IVA fosse de seis por cento, quanto é que a autarquia pouparia? -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária referindo que o município tinha duas candidaturas apresentadas no âmbito do PRR, para; Rua da Fonte, Rua Principal e Rua das Hortas, com projetos de execução e, para a Rua dos Fundadores da Sociedade Recreativa Portelense, tinham igualmente projeto e candidatura submetida, aguardando respostas. Para a Rua dos Combatentes, iam ainda desenvolver o projeto no próximo ano. -----

Relativamente às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária respeitantes aos valores da violência doméstica e saúde pública, disse serem valores residuais que se destinariam a alguma campanha que o município pretendesse levar a efeito ao longo do ano, daí serem valores residuais. Sobre o projeto para a realização de espaços verdes e criação de ilhas, era uma candidatura apresentada através da Médio Tejo 21, que envolveria as três freguesias do concelho. Era uma candidatura direcionada para a plantação de árvores,



Constância

material ecológico e mobiliário urbano. -----

Relativamente às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária começando pela delegação de competências na área da Educação e também da Ação Social, tinham um impacto de aproximadamente setecentos mil euros. Sobre os funcionários que tinham transitado para a Câmara Municipal, eram trinta e cinco. Quanto aos encargos para a ADSE, o procedimento não era igual ao dos funcionários que já eram da Câmara Municipal. Os encargos destes últimos eram submetidos através da Câmara Municipal, enquanto que os funcionários que tinham transitado da Escola, eram submetidos por eles diretamente para a ADSE. Relativamente às obras na Escola sede, tinha ficado definido pelo governo um determinado grau de prioridades para intervenções nas escolas. A Escola Luís de Camões não tinha sido incluída como prioritária. O que tinha ficado garantido pelo Senhor Delegado Regional, em reunião na comissão de acompanhamento, era que a escola faria um levantamento das necessidades urgentes, que seria enviado para obtenção de financiamento. Era um trabalho que estava a ser realizado através da escola, na pessoa da Senhora Diretora, e dos técnicos da autarquia. Quanto à questão dos aumentos previstos da eletricidade, deu a palavra à Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira para responder à questão. -----

No uso da palavra, a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa Figueiredo, começou por referir, que a transferência de competências na área da educação, tinha sido celebrada através de um acordo com o Agrupamento de Escolas de Constância, na pessoa da Senhora Diretora do Agrupamento. O município fazia a transferência daquela despesa que incluía a eletricidade. -----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária para referir que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não tinha respondido à questão das rubricas relacionadas com a violência doméstica e igualdade de género para dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro. --- Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária referindo que não tinha entendido o valor da eletricidade para a escola. -----

Usou da palavra a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa Figueiredo, referindo que não conseguia responder de momento aos valores específicos para a eletricidade, uma vez que os valores apresentados no documento diziam respeito a encargos com; água, eletricidade, combustíveis e comunicações. Posteriormente, se a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária o pretendesse, iria consultar os documentos que tinham sustentado



Felipe
Almeida

aqueles valores e fornecê-los-ia. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder à Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária relativamente à rúbrica relacionada com violência doméstica e igualdade de género. Tratava-se de um projeto Intermunicipal que se preparava para ter início só em dois mil e vinte e quatro. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que não pretendia apresentar nenhuma questão, pretendia sim, fazer uma breve observação aos documentos em análise, à sua difícil elaboração, tal como tinha sido referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, atendendo à conjuntura atual, com a brutal escalada de preços da energia, combustíveis e taxas de juros, e o impacto que tinham na vida das instituições, particularmente das pequenas autarquias como era o caso de Constância. Comparativamente com o orçamento para dois mil e vinte e dois, verificava um aumento de trezentos e sessenta e quatro mil e dezoito euros na eletricidade das instalações, iluminação pública e combustíveis. Para o município de Constância, era um aumento na despesa com enorme impacto. Referiu igualmente um aumento da despesa com o pessoal, que só nos acréscimos remuneratórios verificava um aumento de cento e noventa e seis mil duzentos e setenta e sete euros. Apesar de ficarem satisfeitos com os aumentos remuneratórios, particularmente do salário mínimo, tinha como consequência um grande impacto na despesa do município. Quanto à receita, era importante salientar o aumento das transferências correntes por força das transferências de competências nas áreas da Educação e da Ação Social, assim como, as receitas de capital, com um aumento significativo com os investimentos previstos no documento financiados através do PRR. Por fim, a Bancada do Partido Socialista, congratulava-se com o investimento na Loja do Cidadão em cerca de um milhão e duzentos mil euros, com uma participação em cerca de novecentos mil. Se a elaboração do orçamento tinha sido difícil, mais difícil seria a sua execução. Era um grande desafio. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com onze votos a favor da Bancada do Partido Socialista e dos Presidentes de Junta de Freguesia, e quatro votos de abstenção da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária. -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentou Declaração de Voto que fica a constituir (ANEXO III) desta Ata, e dela fará parte integrante. -----

PONTO 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2023 – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da

*Faiz
Jalilich*

Câmara Municipal para fazer uma introdução a este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por fazer um resumo das alterações previstas no Mapa de Pessoal para dois mil e vinte e três, devidamente espelhadas no documento em posse de todos os Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia. -----

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com onze votos a favor; oito da Bancada do Partido Socialista e três dos Presidentes de Junta de Freguesia, e quatro votos de abstenção da bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA PARA O ANO DE 2023 – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou este ponto da Ordem de Trabalhos com uma nota, referindo que ele próprio, assim como a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, não participariam nem votariam este ponto, por conflitos de interesses com a Associação. Respetivamente Presidente do Conselho Fiscal e funcionária. -----

A Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que à semelhança de anos anteriores, tratava-se de um Contrato-Programa a celebrar com a Associação Centro de Ciência Viva de Constância, em que esta se comprometia a executar um conjunto de iniciativas e o município concedia-lhe um subsídio, no montante de cinquenta e cinco mil euros, montante igual ao transferido no ano transato. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia apenas fazer uma breve reflexão sobre a manutenção do valor a transferir. Esta instituição padecia dos mesmos problemas de tantas outras com o aumento dos salários, dos bens, assim como de outros custos. Via com preocupação, o descrito na Plano de atividades da Associação da não inscrição de qualquer verba para o ano de dois mil e vinte e três vinda da Agência de Ciência Viva, tendo como consequência um menor financiamento para a Associação e um enorme constrangimento para a sua dinâmica. Questionando o Senhor Presidente da Câmara, como é que a Câmara Municipal via aquela situação? -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que existia efetivamente um diferendo entre a Agência de Ciência Viva e o Centro de Ciência Viva de Constância. Não sendo a única Associação nesta situação a nível nacional, era preocupante e

*Fab
VALUNDA*

acompanhava o processo. O que a Agência de Ciência Viva alegava, era que tinha apresentado um conjunto de candidaturas a fundos comunitários para um conjunto de Centros de Ciência Viva, onde estava incluído o de Constância. Nessa candidatura, existia uma verba alocada a recursos humanos, e outra para equipamentos e outro tipo de investimentos. O Diretor Executivo do Centro de Ciência Viva de Constância, incentivado pela tutela da altura, tinha adquirido uma cúpula, tendo uma parte significativa daquele dinheiro sido aplicada naquele equipamento. A Ciência Viva Nacional dizia que aquele dinheiro deveria ter sido usado para as despesas de funcionamento do Centro de Ciência Viva de Constância, assegurando parte do que a Ciência Viva Nacional dava ao Centro de Ciência Viva de Constância, e que não deveria ter sido investido na cúpula. Por aquele motivo, não davam qualquer tipo de subsídio para o próximo ano. O que a Câmara Municipal tinha feito em colaboração com o Diretor Executivo do Centro de Ciência Viva de Constância, Professor Máximo Ferreira, tinha sido solicitar uma reunião com a Senhora Ministra da tutela, para exporem a situação, referindo que não era possível aceitarem aquela situação. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO CASA - MEMÓRIA DE CAMÕES PARA O ANO DE 2023 – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto, mencionando que também neste ponto da Ordem de Trabalhos, não participaria na discussão nem na votação, por pertencer aos Órgãos Sociais da Associação. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o assunto era semelhante ao do ponto anterior, apenas diferia no comprometimento do Contrato-Programa e nas verbas a transferir que rondavam os vinte e um mil euros anuais. Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que, em sua opinião, o valor a transferir deveria ser superior. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, tanto o Centro de Ciência Viva de Constância como a Casa-Memória de Camões, tinham sido aumentados nos últimos cinco anos e, como era do conhecimento de todos, a Câmara Municipal tinha encontrado grandes dificuldades em fechar o orçamento para dois mil e vinte e três, tendo abdicado de coisas estruturantes para o Concelho, por falta de verbas. Não faria muito sentido, proceder a aumentos naqueles Contratos-Programa. -----

*Feit
Valência*

Não havendo mais questões, este ponto da Ordem de Trabalhos foi colocado a votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO “CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO MÉDIO TEJO” – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que como era do conhecimento de todos, quando o montante de um contrato ultrapassasse os noventa e nove mil euros, e se prolongasse em mais do que um ano económico, a competência para a sua autorização era da Assembleia Municipal. O que se pretendia, era o pedido de autorização para a assunção daquele compromisso. -----

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ENVOLVENTE À ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE CONSTÂNCIA – FASE 1 e 2” – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que este processo era idêntico ao aprovado anteriormente, uma autorização prévia para início do procedimento. Como a despesa ultrapassava os noventa e nove mil euros, com execução em mais do que um ano económico, vinha à Assembleia Municipal, órgão competente para dar a respetiva autorização. -----


Pretendia em primeiro lugar, dar uma explicação prévia sobre a situação. Era intenção do executivo iniciar as obras ainda no presente ano, no entanto, só seria possível na melhor das hipóteses, iniciá-las a partir do terceiro trimestre do próximo ano, pelo seguinte: O projeto desta obra tinha sido elaborado no mandato do Professor Máximo Ferreira. Como era do conhecimento de todos, tanto o Cemitério como a antiga Escola Primária estavam numa zona de proteção da Igreja, imóvel de interesse público, sendo necessário solicitar parecer à DGPC (Direção Geral do Património Cultural). O projeto tinha dez anos, e naquela altura, tinha sido solicitado o devido parecer à respetiva entidade, que se tinha pronunciado favoravelmente. Atendendo que já tinham aquele parecer positivo,

*Falk
Valência*

entenderam não ser necessário solicitar novo parecer. Entretanto, tinham sido informados que os pareceres só tinham a validade de três anos. Na posse desta informação, tinham solicitado não um parecer, mas um pedido de confirmação do parecer que já tinha cerca de dez anos. Submetido o parecer, receberam a informação que o projeto tinha sido reprovado. A reprovação era baseada em duas razões fundamentais; para além da proteção da igreja, tinha sido definido através de uma Portaria no ano de mil novecentos e cinquenta e oito, uma zona non aedificandi à volta da igreja. Como a construção dos muros da antiga Escola, assim como a ampliação do Cemitério feita em mil novecentos e noventa, tinham sido feitos numa área onde não era permitido construir, a DGPC entendeu não dar parecer favorável à ampliação do Cemitério, e ao arranjo do Largo. Tinha marcado uma reunião com o Diretor de Departamento, para perceber o que é que se tinha passado, uma vez que o parecer da Senhora Arquitecta da DGPC, era no sentido de dar parecer favorável condicionado, para o município dar início a um procedimento de desafetação da zona non aedificandi que existia à volta da igreja. Entretanto, o Chefe de Divisão e a Sub - Diretora da DGPC, não tinham sufragado o parecer, reprovando o projeto. -----

Ponto de situação atual e solução para este caso: - Como o parecer tinha sido negativo por existirem aqueles antecedentes, teriam que iniciar o processo de desafetação, não só da antiga Escola Primária como da parte da ampliação do Cemitério, feita em mil novecentos e noventa, e iniciar uma outra afetação que compensasse a área prevista a desafetar. A alternativa existia, no entanto, era necessário chegar a acordo com o proprietário do terreno, terreno esse, pertencente à Paróquia de Constância, contíguo à Casa Paroquial, que se prolongava até à Capela de Santa Ana. Já tinham tido uma reunião com o Senhor Padre Nuno, que, pessoalmente, não se opunha àquela afetação, devido ao interesse que representava a ampliação do Cemitério e o arranjo do Largo. Esta intenção já tinha sido formalizada junto da Fábrica da Igreja. Com uma resposta positiva, formalizavam um novo processo a enviar à DGPC para a desafetação daquele espaço, para que se desse início à obra. Um processo que certamente duraria algum tempo, culminando o procedimento com a sua publicação em Diário da República, num espaço de tempo nunca inferior a seis meses. -----

Existiam, no entanto, outras questões paralelas; a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa Figueiredo já tinha feito contactos com a Caixa Geral de Depósitos, que em princípio, manteriam as condições definidas anteriormente. Com o empreiteiro da obra, também já tinham tido uma reunião, e tudo indicava que o mesmo aceitaria o desfasamento temporal previsto. Teriam que fazer a consignação da obra e de seguida suspendê-la. Para um melhor esclarecimento passou a palavra ao Chefe da Divisão Municipal dos Serviços Técnicos, Engenheiro Jorge Heitor. -----



No uso da palavra, o Senhor Engenheiro Jorge Heitor começou por referir que no passado dia seis do mês corrente, tinham ido a uma reunião na DGPC, exclusivamente relacionada com aquele assunto. O que tinha sido solicitado à Câmara Municipal, tinha sido uma espécie de memória descritiva, fundamentando o interesse e os objetivos concretos do projeto, com uma série de documentação ao nível de plantas e cartografia, e uma nova redefinição do perímetro de proteção da igreja. No início do próximo ano, os documentos solicitados seriam enviados à DGPC para merecer a sua aprovação, e depois seguir as etapas obrigatórias num processo desta natureza. -----

Não havendo mais esclarecimentos a dar, nem questões por parte das Bancadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 8 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO MODIFICATIVA (2ª ALTERAÇÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2022 a 2026 – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer uma apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que tinha sido atribuída uma verba a todos os municípios, vinda do Fundo Social, referente a anos anteriores. O município de Constância tinha recebido a quantia de sessenta e sete mil setecentos e quinze euros. O que vinha à Assembleia, era uma alteração ao orçamento com a injeção daquela verba, que sendo receita corrente, seria injetada na rubrica da eletricidade das instalações e da iluminação pública, atendendo à imprevisibilidade de custos com os sucessivos aumentos. -----

Não havendo questões por parte das Bancadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 9 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DE “CONCRETIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava das poucas matérias em falta para concluir o processo da Descentralização Administrativa, faltando ainda aceitar as competências na área da saúde. O que vinha à Assembleia Municipal, eram as propostas da Câmara Municipal, depois de articuladas com as três Juntas de Freguesia do concelho em matérias a transferir, mantendo-se um conjunto de competências na esfera da Câmara Municipal, uma vez que as Juntas de



Out
Validada

Freguesia possuíam estruturas bastante limitadas, assim como, falta de recursos humanos e financeiros. Não se tratava de uma proposta fechada, se alguma das Juntas de Freguesia, no futuro, se sentisse capacitada para mais transferências, o processo estava sempre em aberto. -----

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 10 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que tinha decorrido o respetivo processo de contratação pública e o que vinha à Assembleia Municipal, era a designação de Auditor Externo do Município a Rosa Lopes, Gonçalo Mendes & Associados, SROC, Lda. -----

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 11 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à apresentação do ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de autorização para assunção de compromissos plurianuais, conforme documento na posse dos Senhores Deputados, elaborado pela Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa Figueiredo. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que em seu entender, tratava-se de uma adesão ao mercado regulado. Só existindo uma entidade para aqueles serviços, não haveria concurso e pretendia-se que a Assembleia Municipal votasse favoravelmente, uma vez que não tinham outra alternativa e era o melhor para o município. Aquele era o seu entendimento. -----

Existiam, no entanto, algumas questões que pretendia ver esclarecidas, por exemplo; o facto de não terem respeitado a oposição em termos processuais, com a entrega dos

*Feit
v. explicação*

documentos em tempo útil. Não pretendia culpabilizar os técnicos, mas sim, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Neste caso em concreto, questionava o seguinte: qual era o prazo para aderir ao mercado regulado e para aprovação da minuta do contrato e restantes procedimentos? Este processo, tinha tido início no passado mês de agosto, e só a sete de setembro tinha sido registado na Câmara Municipal a minuta do contrato. Só a partir dessa data, tinham iniciado os procedimentos julgados necessários. Entendia o agendamento da Assembleia Municipal para dezasseis de dezembro, para evitar a proximidade do Natal e do Ano Novo, no entanto, existia qualquer coisa que não compreendiam; como é que vinha à Assembleia Municipal um assunto para depois ser ratificado em reunião de Câmara! Porquê, não terem feito uma reunião extraordinária? Em sua opinião, era uma falta de respeito para com a oposição, porque sabiam que o ponto seria sempre aprovado pela maioria. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou autorização para dar a palavra aos técnicos, Senhor Eng. Jorge Heitor e Dra. Marisa Figueiredo, para melhor responderem tecnicamente a esta questão. -----

Começou por usar da palavra o Senhor Eng. Jorge Heitor, referindo que se tratava de um processo extremamente complicado. Com tantos anos a trabalhar no município, nunca tinha tido um processo tão difícil e tão complexo como aquele. Tinham começado a tratar do assunto no passado mês de julho, referente à BTN (Baixa Tensão Normal) que eram todas as potências inferiores a (41,4 KVA) quarenta e um vírgula quatro quilovolt amperes, incluindo iluminação pública, porque, relativamente à baixa tensão especial, o preço mensal rondaria os dez mil euros e naquele momento, a muito custo, era de vinte mil euros mensais. Só através de muitos telefonemas e mensagens tinham conseguido entrar em contacto com o Engenheiro responsável pela área, para conseguirem ter no dia sete de julho a minuta do contrato assinada por dois elementos da administração. Esta dificuldade, resultava de muitos milhares de contratos para fazerem até final do ano. Na Câmara Municipal, só tinham decidido aderir ao mercado regulado no passado mês de agosto e, se aquela proposta não fosse aprovada naquela Assembleia Municipal, seria muito difícil conseguirem-se preços semelhantes aos daquela adesão ao mercado regulado. Deu como exemplo o seguinte: nos sete contratos em baixa tensão especial, iriam pagar mais de vinte e dois mil euros mensais se continuassem na EDP. Com a mudança para o mercado regulado (SU Eletricidade), conseguido através da Central de Compras do Estado, iriam pagar no máximo vinte mil euros mensais. Terminou, referindo que não conseguia resumir mais a informação, atendendo às dificuldades encontradas para ultrapassarem o problema.

Handwritten signature and date:
Ferreira
16/12/22

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que tal como tinha sido referido pelo Senhor Engenheiro Jorge Heitor, este assunto só tinha vindo à Assembleia Municipal, pela extrema urgência e, quanto mais rápido fosse deliberado aderir, mais rapidamente o município passaria a poupar alguns milhares de euros mensais. Quanto à legalidade de ter vindo primeiro à Assembleia Municipal e só depois ir à reunião de Câmara para ratificação, confiava na informação dos serviços técnicos. Entretanto passou a palavra à Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa Figueiredo, para se pronunciar sobre o assunto. -----

No uso da palavra, a Dra. Marisa Figueiredo começou por confirmar as dificuldades apontadas pelo Senhor Engenheiro Jorge Heitor e, sobre a legalidade; não só era legal aprovar a proposta na Assembleia Municipal antes da reunião de Câmara para a sua ratificação, como a partir daquela aprovação na Assembleia Municipal adquiria logo eficácia, ficando o procedimento aprovado. A celeridade ainda era mais justificada, pelo facto de já estarem a ser faturados pelo mercado regulado sem contrato assinado. -----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária para referir que se sentia bastante triste com aquela situação. Se não tivesse questionado tanto, nem sabia que o município já estava a ter a eletricidade faturada pelo mercado regulado. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária apresentou uma Declaração de Voto que fica a constituir (ANEXO IV) desta Ata e dela faz parte integrante. -----

PONTO 12 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar se tinha acontecido algum aumento das solicitações ao programa ABEM (Rede Solidária do Medicamento) no ano de dois mil e vinte e dois, comparativamente com o ano de dois mil e vinte e um? Sobre o atendimento e acompanhamento social (SAAS), como tinha decorrido a transferência para a Câmara Municipal, se em termos processuais, tinha havido alguma alteração e quais as dificuldades sentidas pela autarquia? Era referido no documento, um programa já com alguns anos, o “Ir a pé para a escola”, pretendia saber se o envolvimento das famílias estava a ser bem aceite pela comunidade escolar e, se estava a ser desenvolvida nas três freguesias do

*Falt
Valência*

Concelho? -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo-se a três obras e intervenções mencionadas no documento, designadamente; ramais de águas e esgotos em diversos lugares do Concelho e substituição do pavimento no gabinete do Senhor Presidente da Câmara. Questionou se, neste período, não tinha havido mais obras e intervenções feitas pelos funcionários do município? -----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que no documento eram mencionados pagamentos de pareceres. Questionava se era lapso ou, se o pagamento de pareceres para; Constancia ConVida e Jornadas europeias, apresentando sempre os mesmos valores, era lapso ou era mesmo assim? -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária. Assim, ao nível social de apoio municipal, tinham: no cartão sénior municipal – um beneficiário; no cartão ABEM – dezanove beneficiários ativos (número sujeito a confirmação); na estrutura de atendimento às vítimas de violência doméstica – dois processos já arquivados; tinham duas famílias Ucrrianas no concelho; no âmbito da cantina social – onze refeições para cinco agregados familiares; no Centro de Apoio Social da Carregueira – vinte e um agregados familiares, correspondendo a setenta e um beneficiários; na loja social – trinta e quatro famílias em acompanhamento; beneficiários do RSI – trinta e oito processos; no SAAS – vinte agregados em acompanhamento. Este era a nível social, o apoio municipal. -----

Relativamente à questão sobre a descentralização na área da Ação Social, como era uma situação bastante recente, não tinham tido até ao momento, qualquer situação relevante. Sobre a questão do programa “Ir a pé para a escola”, deu a palavra a quem acompanhava a iniciativa, Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira. -----

No uso da palavra, o Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira começou por referir que a adesão estava em crescendo, já bastante próxima da verificada no ano de dois mil e dezanove. No entanto, por razões logísticas, estava a funcionar apenas nas freguesias de Constância e Montalvo. Em Santa Margarida da Coutada, verificavam-se duas dificuldades; a distância e a escassez de voluntariado, razão pela qual o programa ainda não tinha sido implementado. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à última

*Falt
munic*

questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária sobre os valores apresentados no documento relativos a pareceres. Os valores estavam corretos e diziam respeito a pareceres solicitados à GNR (Guarda Nacional Republicana), por cada atividade cultural ou desportiva efetuada.-----

Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre as obras; eram obras por administração direta da Câmara Municipal, tendo sido feitas muitas mais intervenções do que as mencionadas e por lapso não tinham sido referidas. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para apresentar uma questão que tinha a ver com o Mapa de Execução, relativo às transferências de competências para a educação, e ao receio das transferências não serem acompanhadas com as verbas suficientes para a sua execução. Verificava no documento, um montante executado no valor de trinta e quatro mil trezentos e setenta euros. Questionava qual o ponto de situação económico entre o deve e o haver, uma vez que esta transferência já tinha acontecido a algum tempo? -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que existia uma Comissão de acompanhamento para a área da educação, composta por; ele próprio, a Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Constância, a Senhora Vereadora Maria Helena Roxo Soares Roxo, a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa Figueiredo, a Dra. Maria João Ferreira e o Delegado Regional. O acompanhamento dizia respeito às execuções, não só financeira, como em todas as outras ligadas à descentralização. Na última reunião levada a efeito há cerca de dois meses, o saldo financeiro era francamente positivo. -----

Não havendo mais questões para este ponto e sendo o mesmo apenas para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte. ----

PONTO 13 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancaraes de Sousa Lopes, do Partido Socialista, para questionar qual o ponto de situação da obra do emissário de esgotos da Vila para a ETARI da Caima? -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia apresentar duas questões: a primeira, referente ao Museu Vasco Lima Couto; saber qual era o ponto de situação relativamente ao desenvolvimento para a cedência do espaço à Câmara Municipal? A

Faust
فوست

segunda questão, para saber quais os projetos realizados e terminados até ao momento? Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para no âmbito do processo de transferências para as Freguesias, no documento da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, existia uma ressalva relativa à Junta de Freguesia de Montalvo, referindo que a responsabilidade pela manutenção dos bancos só seria concretizada, quando o município terminasse a sua substituição por material “compósito”. Questionava, se existia alguma previsão para a conclusão daquela substituição? Numa das Assembleias anteriores, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido que os prazos para a concretização das obras na Avenida das Forças Armadas, estavam dentro dos prazos previstos. Pretendia saber qual a data prevista para a sua conclusão? O novo piso na Avenida das Forças Armadas, apresentava em alguns locais, rebaixamentos assinaláveis, acumulando muita água sempre que chovia. Estava prevista a sua regularização? Um outro assunto, tinha a ver com a piscina municipal, pretendia saber se, para o próximo período – dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três, tinha havido aumento ou diminuição de alunos? Também pretendia saber, se tinha ocorrido alguma avaria no sistema de aquecimento da água e do ambiente da piscina e, de quem era a responsabilidade para a verificação das temperaturas? Por último, pretendia em nome de muitos alunos, informar que a água da piscina apresentava uma temperatura muito baixa, gélida, havendo muitos alunos a manifestarem vontade em desistirem. Questionava se já alguma vez tinha sido feito algum inquérito de satisfação? Se sim, sugeria que fosse repetido, até mesmo, para que pudessem ser melhorados alguns aspetos manifestados no desagrado dos utentes. Também pretendia questionar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente a um documento enviado há muitos meses, ao Senhor Ministro das Infraestruturas, Doutor Pedro Nuno Santos, sobre os acessos rodoviários para o Concelho de Constância (Ponte sobre o Rio Tejo), qual tinha sido a resposta? -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar se já existia alguma agenda cultural para o Cine-Teatro, uma vez que tinha sido referido que iriam ser adquiridos equipamentos, como tal, pretendia saber se em dois mil e vinte e três, já seria possível assistir a alguns eventos naquele espaço? -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar como é que se encontrava o funcionamento do parque automóvel da Câmara Municipal, porque lhe tinham dito, que o mecânico tinha ido para o Campo Militar de Santa Margarida. Relativamente aos Assistentes Operacionais mais especializados, pretendia saber qual era o ponto de

*Feit
União*

situação? -----

Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu à última questão da Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre o documento enviado ao Senhor Ministro das Infraestruturas, referindo que não tinha obtido qualquer resposta, o que lamentava. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, referindo que se não tivesse sido necessário proceder à limpeza dos coletores e do posto de bombagem, o sistema já estaria operativo. A chuva e a conseqüente subida das águas dos rios Tejo e Zêzere, tinham interrompido os trabalhos. Aguardavam que os caudais dos rios baixassem, para procederem às referidas limpezas, operacionalizando o sistema. -----

Relativamente às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referiu que tinha existido na primeira questão apresentada, um lapso. Não se tratava do Museu Vasco Lima Couto, mas sim, do espólio. A família ainda se encontrava em processo de partilhas, tornando a possível disponibilização do espólio muito mais morosa. Quanto ao que tinha sido projetado e executado até à presente data, entendia que não fazia sentido fazer aquela descrição naquele momento, uma vez que na Assembleia Municipal do próximo mês de abril, na prestação de contas, todos os Deputados Municipais teriam acesso aos documentos e às referidas taxas de execução referentes ao ano de dois mil e vinte e dois. -----

Relativamente às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referiu: pretendiam substituir com a máxima urgência, os bancos em madeira por compósito na Freguesia de Montalvo. Esta substituição só não tinha sido ainda feita, pela enorme variedade de bancos existentes, ao contrário do que tinha acontecido nas outras freguesias. Era um trabalho que iriam desenvolver em conjunto com a Junta de Freguesia. Relativamente às obras da Avenida das Forças Armadas, estavam efetivamente atrasadas muito por culpa das condições atmosféricas verificadas nas últimas semanas. Sobre o abatimento do piso em alguns pontos da Avenida, seria reparado pela empresa, como era normal, uma vez que os trabalhos não estavam concluídos. Sobre as obras da Avenida e porque tanto se falava sobre o assunto e continuariam a falar, pretendia deixar as seguintes notas: - Desde o Espaço Cidadão, até ao início da Avenida junto à Ponte rodoviária sobre o Rio Zêzere,



Feit
Unanidade

nada do que tinha sido feito descaracterizava o que existia anteriormente. Quanto ao Largo Heitor da Silveira, não tinha sido demolido nada considerado de referencial histórico para aquela zona: - A Rosa dos Ventos mantinha-se, o seixo rolado junto ao muro do Jardim Horto de Camões mantinha-se, a frase existente no muro, obra da falecida Senhora Manuela de Azevedo mantinha-se, o seixo rolado em volta do Monumento a Camões, por sugestão da Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio e parecer favorável dos técnicos mantinha-se. Poderiam discordar das obras, o que não deveriam era falar em descaracterização pelo apagar da memória do que lá existia. O Arquiteto que tinha elaborado o projeto tinha tido esse cuidado. Para sustentar a sua opinião, deu como exemplos alguns casos verificados no passado relativos à substituição em vários locais da Vila, do seixo rolado, por outros materiais, sem que alguém tivesse contestado as obras. Em sua opinião, as obras no Largo Heitor da Silveira, dignificavam aquele espaço, e preservavam a memória mantendo as características da Vila. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra, solicitando autorização para continuarem os trabalhos para além das vinte e quatro horas. A Assembleia Municipal votou por unanimidade o prolongamento dos trabalhos. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder à Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre a questão relacionada com o funcionamento da Piscina Municipal, dando para o efeito a palavra ao Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira. -----

No uso da palavra, o Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira começou por referir que tinha existido uma pequena avaria no sistema de circulação da água, não conseguindo explicar tecnicamente o que tinha acontecido, apenas referir que aquela avaria tinha provocado uma descida da temperatura da água em cerca de um grau. A piscina tinha estado durante duas semanas, com a água a uma temperatura a rondar os vinte e oito graus vírgula quatro, quando a temperatura habitual variava entre vinte e nove vírgula cinco e os trinta graus centígrados. A situação já tinha sido corrigida. Relativamente à questão de quem fazia a manutenção, referiu que era o Técnico Superior Luís Correia e o Coordenador Técnico Francisco Palminha. A empresa que dava suporte à piscina, era a KINGMAN que fazia um acompanhamento mensal e sempre que acontecia alguma anomalia. Relativamente aos descontentamentos reportados pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, não eram do seu conhecimento. Ele próprio, frequentava a piscina com o seu filho e nunca tinha ouvido alguém a queixar-se da baixa temperatura da água, muito menos, deixarem de ir à piscina por aquele motivo. O que tinha acontecido há cerca de dois meses, tinha sido o inverso, a água saía a ferver dos chuveiros. De momento, os problemas estavam



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Constância'.

resolvidos, no entanto, era necessário fazer uma intervenção para que não voltasse a acontecer. Quanto à afluência no momento atual, já era superior a dois mil e dezoito. Tinha sofrido uma recessão motivada pela pandemia, já recuperada. Neste momento, a dificuldade centrava-se em conseguirem técnicos para aquela área em quantidade satisfatória para o apoio à elevada procura de pessoas para frequentarem a piscina. Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a Senhora Deputada Municipal andava desatenta, uma vez que já se tinham realizado algumas atividades no Cine-Teatro, de âmbito cultural e outras. O que o município pretendia era desenvolver sessões de cinema, assim como, outras atividades pontuais. Lamentava que esta questão fosse assunto, uma vez que na cerimónia de reabertura tinha referido todo o processo, exceto, o facto de terem que legalizar o Cine-teatro, por não estar registado em nome do município. Não tinha atirado culpas para cima de quem o tinha antecedido, assim como, de terem apresentado um projeto que não tinha previsto o equipamento de som e de luz. Simplesmente, lamentava a atitude de atirarem culpas para cima de um executivo, que tudo tinha feito para abrir aquele espaço. -----

Relativamente às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, era verdade que o mecânico do município ia ser transferido para o Campo Militar de Santa Margarida, a partir do próximo dia dois de janeiro, estando a Câmara Municipal a diligenciar para encontrar uma solução. Sobre os restantes Assistentes Operacionais; o Senhor Carlos Alberto Jesus Silva Calado, tinha-se aposentado e o Senhor José Rosa Bento Rodrigues Marques, aposentar-se-ia no final do presente ano. O mercado de trabalho no setor privado estava a ser bastante competitivo e, com os baixos salários na função pública, era normal que as pessoas pretendessem sair para o setor privado, pedindo inicialmente licenças sem vencimento, acabando por não regressar. Para além destas situações, existiam ainda as situações pontuais como; baixas médicas e férias, complicando ainda mais as dificuldades. Pediu novamente a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para agradecer as respostas às questões que tinha apresentado, no entanto, gostaria de referir que nunca tinha mencionado que as obras descaracterizavam a Avenida das Forças Armadas. Pretendia, no entanto, saber porque é que uma parte do passeio continuava a céu aberto, quando as obras já estavam praticamente concluídas? Relativamente às piscinas e às respostas do Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, nunca tinha mencionado a água dos chuveiros, no entanto, atendendo a que as alterações verificadas nos mesmos visavam

Handwritten signature and initials in blue ink.

apenas a poupança de água, não teriam por aquele motivo sido as melhores, apenas uma solução. As pessoas não se queixavam com a água dos chuveiros, queixavam-se sim, com a água da piscina e, as que tinham manifestado intenção de desistir, nem sequer tinham feito a aula atendendo à baixa temperatura da água. Não tinha sido nada relacionado com a água dos chuveiros. Talvez por esquecimento, não tinha tido resposta sobre o questionário! -----

Relativamente à limpeza das ruas muitos moradores queixavam-se que a limpeza das ruas sofria por défice dessas mesmas limpezas, nomeadamente na zona baixa e na zona alta da Vila. Questionou se existia algum problema. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que o Senhor Presidente da Câmara Municipal vinha à Assembleia Municipal para apresentar os pontos em análise e para responder às questões que os Deputados Municipais lhe colocavam, no entanto, muitas vezes dispersava-se e pouco respondia.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal era permissivo com as intervenções do Senhor Presidente da Câmara Municipal e do Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, que relativamente às questões apresentadas pela Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, respondiam ao lado. Não se referia à Bancada do Partido Socialista, uma vez que poucas questões apresentavam. -----

Pretendia apresentar mais algumas questões; uma delas, dizia respeito às vezes que nas respostas do Senhor Presidente da Câmara Municipal eram mencionados como justificação, os mandatos anteriores da responsabilidade da CDU-Coligação Democrática Unitária. Já era tempo de não se desculparem do que não faziam ou faziam mal, com o passado autárquico da CDU-Coligação Democrática Unitária, não assumindo as críticas e as opiniões.-----

Ainda no respeitante às obras da Avenida das Forças Armadas, aquando Vereadora na oposição, tinha ido ao Gabinete do Senhor Engenheiro Jorge Heitor ver o processo, e tinha-se absterido na votação em reunião da Câmara Municipal. Se fosse naquele momento, votaria contra, porque achava que os dinheiros para a mobilidade deveriam ser bem utilizados. A expectativa que tinha para aquela obra quando se tinha absterido, embora não concordando com algumas coisas, era que iriam melhorar a mobilidade. O que esperava, era que no auto de posse da receção da obra, que na altura o iria solicitar, verificasse alterações nas seguintes deficiências: - Qualquer pessoa coxa ou com necessidade de utilizar uma bengala, tropeçava na calçada; pessoas a necessitarem sair do passeio para a zona de circulação; na zona da casa do Senhor Carlos Dâmaso, ou mandavam cortar a sebe, ou não conseguia la passar uma cadeira de rodas e, uma camioneta e um carro não

*Fernando
JALINHO*

se conseguiam cruzar na Avenida. Em termos estéticos, tinha melhorado pouco. Em sua opinião, fazerem um projeto urbano dentro de uma Vila e num Centro Histórico, era um projeto piroso. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para interromper a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, alertando para os tempos de intervenção, assim como, o facto da Senhora Deputada Municipal se estar a focar num assunto que já não poderia ser objeto de qualquer intervenção, estando a obra praticamente concluída. O momento adequado para apresentação de sugestões já tinha passado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, mais concretamente sobre a situação mencionada sobre a piscina, referindo que o Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, iria averiguar as situações apontadas. Relativamente à limpeza das ruas da Vila; era verdade que se verificava alguma falta de limpeza, muito em particular pela enorme quantidade de folhas e de pequenas ervas. O tempo de chuva que se tinha verificado nos últimos tempos, não tinha permitido a aplicação de herbicidas e, a estação do ano era propícia à queda de folhas, também tinha contribuído para o agravar da situação. Logo que o tempo o permitisse, a situação seria resolvida. -----

Relativamente às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referiu que a Assembleia Municipal não era regida por monólogos, em que cada Deputado Municipal pudesse dizer o que queria, durante o tempo que entendia e o executivo sem tempo para responder! Ficava espantado com as declarações da Senhora Deputada Municipal Júlia Amorim, uma vez que nunca lhe tinha retirado a palavra enquanto Vereadora na oposição, chegando a estar mais de uma hora seguida a falar, muitas vezes sobre assuntos desviantes dos pontos da Ordem de Trabalhos. Não aceitava as insinuações de falta de dignidade, porque, acima de tudo, tinha a dignidade de não mentir às pessoas, mesmo quando a verdade o pudesse prejudicar, ao contrário daquilo que a Senhora Deputada Municipal Júlia Amorim deveria saber no respeitante à CDU-Coligação Democrática Unitária, dando para o efeito exemplos. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para, no seguimento da intervenção da Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, tendo

referido no meio da sua exaltação, que a Bancada do Partido Socialista não fazia perguntas. Pretendia referir o seguinte: a Bancada do Partido Socialista, fazia as perguntas que entendia, no momento que entendia e sobre os assuntos que entendia. -----
Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, que em seguida, colocou a votação. -----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

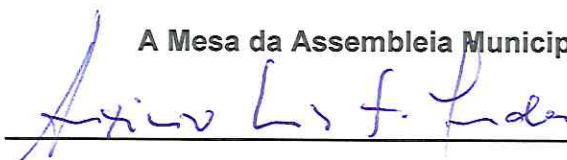
Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos. -----


-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas, zero horas e quarenta minutos, do dia dezassete de dezembro de dois mil e vinte e dois. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretárias da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.-----

A Mesa da Assembleia Municipal,







Paulo
União

Anexo I

Recomendação

“A fábrica da Tupperware em Portugal, sediada na freguesia de Montalvo, concelho de Constância, a funcionar há cerca de quatro décadas naquela localidade, encontra-se, de acordo com as informações vindas a público, numa situação económica muito difícil. -----
No pretérito mês de setembro, foram despedidos cerca de uma centena de trabalhadores temporários e rescindidos contratos com alguns outros com contratos a termo. -----
Os cerca de duzentos funcionários que ainda restam, correm o mesmo risco de despedimento. -----

A Tupperware, refere que a atual situação se deve à crise económica mundial e à consequente quebra de vendas dos produtos ali manufaturados, que colocam a internacional Norte Americana à beira da falência. -----

A presente situação está a provocar um enorme impacto sócio/económico na freguesia e no concelho, sabendo-se que um despedimento em massa, afetaria famílias inteiras cujos únicos rendimentos eram provenientes daquela fábrica, condenando-os à precaridade. ---
Sabendo que o Senhor Presidente da Câmara vem acompanhando a situação, a bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal realizada em dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, vem apresentar a seguinte Recomendação: -----

1 . Que o executivo municipal providencie canais de diálogo e interação com a Tupperware, num esforço conjunto, no sentido de se encontrarem soluções que impeçam o encerramento da fábrica e o consequente despedimento dos seus trabalhadores. -----

2 . Junto do governo, em particular do Ministério da Economia, questionar que medidas poderão ser tomadas para salvaguardar tantos postos de trabalho. -----

Neste contexto, a bancada do Partido Socialista manifesta grande preocupação pelo atual momento vivido naquela empresa, e total solidariedade para com todos os seus funcionários e colaboradores, na esperança que a situação se resolva a bem de todas as partes. -----

Constância, 16 de dezembro de 2022 -----

A Bancada do Partido Socialista” -----

Anexo II

Recomendação

“Investimento Camarário amigo da instalação de empresas

*Faut
VALERIO*

Com a divulgação oficial dos Censos de 2021, feita pelo INE, ficamos a saber que o nosso Concelho teve uma perda de população de 6,4%, cabendo à Freguesia de Santa Margarida da Coutada a maior redução com 10,50%, Constância 3,5% e Montalvo 2,8%. -----

Depois de um período situado entre 1987 e 2010, em que houve uma redução da dependência dos fundos municipais face ao Orçamento do Estado, com uma redução de 90% para cerca de 70%, assistimos, desde essa data, a uma estabilização e ultimamente à sua tendência de inversão. -----

Todos sabemos que a existência de emprego, seguido de habitação são os principais factores de fixação de pessoas e criação de riqueza, sendo estes os dois elementos cruciais para a qualidade de vida dos actuais 3798 habitantes e a sustentabilidade futura do município. -----

A correcção do caminho seguido na política municipal exige uma definição/correção clara nas políticas de investimento de forma a contrariar rapidamente estas duas realidades: A desertificação/despovoamento e a sustentabilidade financeira. -----

A concretização do que é descrito nos programas eleitorais dos vários partidos, particularmente no Partido que hoje governa o município, será um bom começo para atingir este objectivo, caso assim não aconteça vamos continuar a assistir ao inexorável definhamento do Concelho e em particular da Freguesia de Santa Margarida da Coutada. Assim, face ao exposto, os eleitos da CDU recomendam à Câmara Municipal o seguinte; -

a) Um empenho suplementar, por parte do Executivo Municipal, na sensibilização de agentes económicos, políticos e sociais com o objectivo de investirem no concelho, -----

b) Investir pelo menos 50% do valor da Derrama arrecadada anualmente na criação de melhores condições para o tecido económico existente e na fixação de novos empresários como sejam; Ampliação da Zona Industrial, segurança, áreas de produção energética através de painéis solares, promoção externa da Zona Industrial e do restante tecido económico, ect, ect. -----

c) Abordagem com as diversas entidades governamentais competentes sobre a (re)dinamização do Campo Militar de Santa Margarida para que esta estrutura contribua novamente para a dinâmica da Freguesia. -----

Os eleitos da Assembleia Municipal. -----

Constância, 16 de Dezembro de 2022” -----



Anexo III

Declaração de voto

“Ponto – 2 Documentos Previsionais para o período de 2022 – 2027 (Orçamento e Grandes Opções do Plano)

As Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentadas pela actual maioria do partido Socialista que gere a Câmara Municipal reflectem a orientação que a mesma pretende adoptar para o ano de 2023 e anos seguintes. -----

Tratando-se de um instrumento de gestão e de planeamento coincidente com um período temporal promissor a nível de fundos comunitários designadamente o programa de Recuperação e Resiliência (a tal basuca) que visa e passo a citar “ implementar reformas e investimentos estruturantes destinados a repor o crescimento económico sustentado” e ainda a Estratégia da União Europeia para o quadro comunitário 2021 – 2027 e a Estratégia Portugal 2030, seria expectável que fossem apresentadas acções convergentes com uma estratégia com projectos estruturantes (materiais e imateriais) com visão de futuro para o desenvolvimento do concelho. –Mas não! O documento agora em análise reflecte uma gestão muito pouco ambiciosa que não espelha uma visão estratégica de médio/longo prazo de desenvolvimento do concelho assente na criação de emprego, de habitação a custos acessíveis/controlados e da afirmação territorial do concelho no exterior, factores indispensáveis à captação e fixação de pessoas e empresas à criação de riqueza, elementos cruciais para a qualidade de vida dos actuais habitantes e a sustentabilidade futura do município. -----

A não haver uma correcção do actual caminho gerido há cinco anos pelo partido socialista continuaremos a assistir ao inexorável definhamento do Concelho e em particular da Freguesia de Santa Margarida da Coutada. -----

A comprovar o que afirmámos anteriormente atente-se ao mapa da página 28 onde se refere o peso das verbas afectas aos eixos estratégicos 2023 – 2027 designadamente no Eixo 1 – Valorizar o investimento com um peso de 0,32% correspondente a um valor de 30.001 Euros e ainda a ausência de verba significativa referente à expansão da Zona Industrial de Montalvo e à adopção de medidas de incentivo aos micro, pequenos e médios empresários e em particular ao comércio local do concelho. -----

Relativamente a habitação verifica-se que na rúbrica Estratégia Local de Habitação não há financiamento definido para 2023 e que não existe investimento previsto na urbanização municipal da Aldeia de Santa Margarida. -----

No respeitante à Re(arborização) de espaços verdes que visa e passamos a *citar a*



melhoria do ambiente nos centros urbanos garantindo uma melhor sustentabilidade ambiental não se compreende a falta de investimento em espaços propriedade do município como por exemplo na Portela, numa extensa área em Malpique contigua aos terrenos cedidos ao agrupamento de Escuteiros e ainda numa área de cerca de 14 hectares nas encostas do Zezere entre a Estrada da Charneca a Estrada Municipal 592, (estrada do castelo de Bode). -----

Vê-se também com preocupação a falta de investimento na conservação das redes de água e saneamento com os prejuízos económicos e financeiros e ambientais que daí advêm. -----

Quanto ao eixo estratégico – *Projetar Constância como destino cultural e turístico enquanto factor de projecção de “Constância – Vila Poema” e promoção do desenvolvimento cultural* que tem um peso na estrutura do orçamento de 9,23% vê-se com preocupação a ausência de uma estratégia clara de Afirmação de Constância através da marca Camões; -----

Quanto ao eixo 7 – *Melhorar a qualidade dos serviços enquanto facto motivador de satisfação interna e externa* apenas uma nota para reflectir: o peso de 49,86% do orçamento com uma verba de 4.651 533,00 euros. -----

Apesar de se considerar positivo a criação da loja de cidadão pelas razões expostas no documento, a dotação de equipamento técnico para o Cineteatro municipal as obras de melhoramento das acessibilidades físicas em alguns arruamentos em Santa Margarida da Coutada e de Montalvo vemos com muita preocupação a ausência de projetos estruturantes que concretizem a *missão do município do de Constância: Constância Solidária, competitiva, atractiva, Moderna e integrada*. ---Aliás, como é possível não mencionar a necessidade de resolver o problema da Ponte sobre o Tejo como factor de estrangulamento do concelho e essencialmente o definhar da freguesia de Santa Margarida da Coutada? -----

Assim, pelos motivos enunciados anteriormente, os eleitos da CDU não poderão votar favoravelmente a proposta dos Documentos Previsionais para o período de 2023 – 2027 (Orçamento e Grandes Opções do Plano) pelo que o seu sentido de voto é a abstenção. -
Constância, 16 de Dezembro -----

As eleitas da CDU-Coligação Democrática Unitária” -----



Anexo IV

Declaração de voto

“Relativamente à Proposta de autorização prévia e de Compromissos Plurianuais relativos ao fornecimento de Eletricidade BTN e IP, manifestamente é uma falta de consideração pelo Órgão Deliberativo do Município vir à votação na Assembleia Municipal ordinária de 16/12/2022 um ponto que não foi previamente deliberado em reunião de Câmara, havendo a possibilidade e o tempo para que tal tivesse sido desse modo feito. -----
A bancada da CDU votou favoravelmente, atendendo à poupança que o contrato em regime de tarifas regulares da eletricidade representa para o Município. -----
A bancada da CDU espera que não se volte a repetir semelhante conduta. -----
Constância, 16 de Dezembro de 2022 -----
Os eleitos da CDU” -----